

# RELATÓRIO EXECUTIVO SANEAMENTO

---

8 de janeiro de 2019

## NEGÓCIOS

### ENTIDADES SE POSICIONAM APÓS REEDIÇÃO DA MP DO SANEAMENTO

No último dia 28/12/2018 o então presidente Michel Temer editou a Medida Provisória 868/2018, que atualiza o marco legal do saneamento. Essa medida mantém os principais pontos tratados na MP 844, editada em julho e que teve sua validade vencida sem a apreciação do Congresso.

No dia 31/12/2018, oito entidades ligadas ao setor publicaram carta aberta se posicionando contrárias à edição da MP 868 e citando a carta assinada por 14 governadores eleitos, contrários à edição da medida 844/2018. **(Pág. 2).**

### CRIVELLA DEFENDE PPP DE ESGOTO PARA REGIÃO DA BARRA NO RIO DE JANEIRO

O prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, anunciou no último dia 06/01/2018 que pretende publicar até o final do mês de janeiro um edital para a concessão dos serviços de esgotamento sanitário na Área de Planejamento 4 (AP4), área da Zona Oeste, onde está localizada a Barra da Tijuca. **(Pág. 2).**

### MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL ANUNCIA SECRETÁRIOS

Na última semana o Ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Henrique Canuto, anunciou os secretários ligados ao ministério, que liderará as políticas públicas no setor de saneamento básico no governo federal.

Jonathas Assunção Nery de Castro será o secretário nacional de Saneamento Ambiental. Jonathas é funcionário concursado do Ministério do Planejamento e já integrou a equipe de transição do governo, coordenando o grupo temático do Desenvolvimento Regional. Anteriormente, ocupou a Secretaria de Articulação de Políticas Públicas da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

Marcelo Pereira Borges será o secretário nacional de Segurança Hídrica. Borges foi diretor do Departamento de Obras Hídricas do antigo Ministério da Integração Nacional. **(Pág. 3).**

### PROJETO QUE LIMITA TARIFA DE ESGOTO PODE INVIABILIZAR O INVESTIMENTO NO SETOR

A Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) da Câmara dos Deputados aprovou por unanimidade o parecer do deputado Vinícius Rapozo de Carvalho (PRB/SP), que defende a aprovação do PL 3596/2015, de autoria do deputado César Halum (PRB/TO), que pretende limitar a tarifa de esgoto a 50% da tarifa de água.

O projeto de lei, ao tentar defender usuários de supostos abusos por parte de operadores dos sistemas de água e esgoto, esbarra na realidade: a sustentabilidade econômico-financeira das operações depende inteiramente da tarifa, e qualquer benesse tarifária tem impacto direto na capacidade de investimento dos operadores. **(Pág. 3).**

### SISTEMA CANTAREIRA ULTRAPASSA 40% DE RESERVAÇÃO E SAI DA FAIXA DE ALERTA

No último dia 06/01/2019 a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) publicou em sua página de acompanhamento da situação dos mananciais que o Sistema Cantareira, maior sistema que abastece a Região Metropolitana de São Paulo, ultrapassou 40% de sua capacidade de reservação, após as chuvas do início do ano. Com o aumento do volume armazenado, o sistema sai do estado de "Alerta". **(Pág. 4).**

### ADASA DECRETA FIM DA SITUAÇÃO CRÍTICA NO DF

No último dia 21/12 a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (Adasa) declarou o fim da situação crítica de escassez hídrica no Distrito Federal. O anúncio foi feito pelo diretor-presidente da Agência, Paulo Salles, em entrevista coletiva, na sede do órgão regulador. **(Pág. 5).**

**Agenda Bianual da Água** (Pág. 6)

**Links de interesse** (Pág. 7)

## ENTIDADES SE POSICIONAM APÓS REEDIÇÃO DA MP DO SANEAMENTO

- No último dia 28/12/2018 o então presidente Michel Temer editou a Medida Provisória 868/2018, que atualiza o marco legal do saneamento. Essa medida mantém os principais pontos tratados na MP 844, editada em julho e que teve sua validade vencida sem a apreciação do Congresso.
- No dia 31/12/2018, oito entidades ligadas ao setor publicaram carta aberta se posicionando contrárias à edição da MP 868 e citando a carta assinada por 14 governadores eleitos, contrários à edição da medida 844/2018. As entidades que assinaram a nova carta contra a MP 868 foram:
  - Associação Brasileira de Municípios – ABM
  - Associação Brasileira de Agências de Regulação – Abar
  - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – Abes
  - Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento – Aesbe
  - Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento – Assemae
  - Federação Nacional dos Urbanitários – FNU
  - Frente Nacional de Prefeitos – FNP
  - Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental – FNSA
- Em contraponto, o diretor da Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos (Abcon), Percy Soares Neto, em entrevista ao jornal Estado de Minas, defendeu a medida e disse esperar que o Congresso transforme a MP 868 em lei em 2019.

## CRIVELLA DEFENDE PPP DE ESGOTO PARA REGIÃO DA BARRA, NO RIO DE JANEIRO

- O prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, anunciou no último dia 06/01/2018 que pretende publicar até o final do mês de janeiro um edital para a concessão dos serviços de esgotamento sanitário na Área de Planejamento 4 (AP4), área da Zona Oeste, onde está localizada a Barra da Tijuca.
- Ainda em julho de 2018 o prefeito criou uma comissão para elaborar um projeto de PPP para a área, nos moldes da parceria com a iniciativa privada que já opera a AP5, também na capital fluminense.
- O maior entrave à concessão é o fato de a companhia estadual Cedae possuir a concessão dos serviços de água e esgoto na parte urbanizada da região, excluindo as 117 favelas presentes na AP4. Dessa forma, a concessão da área passará necessariamente por um acordo entre Estado e Prefeitura do Rio de Janeiro.
- Em 2015, a Prefeitura realizou um Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) para estudos de concessão da área, que contou com propostas da Aegea e da Águas do Brasil.
- A futura parceria para o tratamento e coleta de esgoto inclui os bairros de Anil, Cidade de Deus, Curicica, Freguesia, Gardênia Azul, Jacarepaguá, Pechincha, Praça Seca, Tanque, Taquara, Vila Valqueire, Barra da Tijuca, Joá, Itanhangá, Camorim, Vargem Pequena, Vargem Grande, Recreio dos Bandeirantes e Grumari.

## MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL ANUNCIA SECRETÁRIOS

- Na última semana o Ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Henrique Canuto, anunciou os secretários ligados ao ministério, que liderará as políticas públicas no setor de saneamento básico no governo federal.
- Jonathas Assunção Nery de Castro será o secretário nacional de Saneamento Ambiental. Jonathas é funcionário concursado do Ministério do Planejamento e já integrou a equipe de transição do governo, coordenando o grupo temático do Desenvolvimento Regional. Anteriormente, ocupou a Secretaria de Articulação de Políticas Públicas da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).
- Jonathas é Mestre em Ciências Mecânicas pela Universidade de Brasília (UnB), com MBE em Economia pela Universidade de São Paulo (USP) e Pós-Graduação em Gestão de Negócios pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmecc). Graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade de Brasília (UnB).
- Segundo informações publicadas no portal Política Real, Jonathas atuou entre 2010 e 2016 no Ministério do Desenvolvimento Regional, em projetos relacionados à gestão de recursos hídricos, incluindo o Projeto de Integração do Rio São Francisco, o Cinturão das Águas Cearenses e Canal do Sertão Alagoano.
- Marcelo Pereira Borges será o secretário nacional de Segurança Hídrica. Borges foi o diretor do Departamento de Obras Hídricas do antigo Ministério da Integração Nacional.

## PROJETO QUE LIMITA TARIFA DE ESGOTO PODE INVIABILIZAR O INVESTIMENTO NO SETOR

- A Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) da Câmara dos Deputados aprovou por unanimidade o parecer do deputado Vinícius Rapozo de Carvalho (PRB/SP), que defende o PL 3596/2015, de autoria do deputado César Halum (PRB/TO), que pretende limitar a tarifa de esgoto a 50% da tarifa de água.
- O relator afirmou que “a sustentabilidade econômico-financeira desses serviços públicos deve se fundamentar na geração de recurso pelo próprio prestador e não pelos usuários do sistema”.
- O projeto de lei, ao tentar defender usuários de supostos abusos por parte de operadores dos sistemas de água e esgoto, esbarra na realidade: a sustentabilidade econômico-financeira das operações depende inteiramente da tarifa, e qualquer benesse tarifária tem impacto direto na capacidade de investimento dos operadores.
- Em primeiro lugar, as tarifas no setor de água e esgoto são definidas em grande parte dos casos por agências reguladoras independentes, levando em consideração o equilíbrio das operações. Mesmo que uma medida tenha sucesso em impor um teto na porcentagem das tarifas de esgoto em relação às de água, o resultado mais provável seria o reequilíbrio tarifário dos contratos vigentes, com aumento da conta de água para compensar a redução do esgoto. A arrecadação dos sistemas, e a conta dos usuários, seria mantida, apenas com aumento da insegurança jurídica do setor.
- No caso das localidades que não tenham suas contas ajustadas, os operadores terão sua capacidade de investir e até mesmo de operar os sistemas prejudicada. O Brasil nunca atingiu a meta de investimentos para a universalização dos serviços prevista no Plansab e viu os investimentos serem

reduzidos entre 2014 e 2016. Não é razoável, em um país onde metade da população não tem acesso a água e esgoto, uma medida populista que beneficia apenas aqueles que já têm redes em suas casas, prejudicando a parcela, geralmente mais pobre, que não recebe saneamento básico, além dos impactos no meio ambiente.

- Essa medida vai ainda contra a lógica econômica básica: as operações de esgotamento sanitário possuem maior necessidade de investimento e maior custo operacional, portanto, deveriam ter tarifas maiores do que as de água, conforme ocorre em algumas cidades brasileiras que são referência no setor, como Campinas (SP). A experiência internacional corrobora essa hipótese: o estudo “The Price of Water”, da organização norte-americana Circle of Blue, aponta que, entre as 30 maiores cidades americanas, dois terços possuem tarifa de esgoto maior do que a tarifa de água.

## SISTEMA CANTAREIRA ULTRAPASSA 40% DE RESERVAÇÃO E SAI DA FAIXA DE ALERTA

- No último dia 06/01/2019 a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) publicou em sua página de acompanhamento da situação dos mananciais que o Sistema Cantareira, maior sistema que abastece a Região Metropolitana de São Paulo, ultrapassou 40% de sua capacidade de reservação, após as chuvas do início do ano. Com o aumento do volume armazenado, o sistema saiu do estado de “Alerta”, dentro da classificação estipulada pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAAE) do estado na última outorga do sistema, em 2017.

**Quadro 1 – Sistema Cantareira: faixas de operação**  
**Faixas de retirada do Sistema Cantareira**

Faixa	Volume útil	Limite de retirada
<b>Faixa 1: Normal</b>	Volume útil igual ou maior a 60%	Limite de retirada de 33,0 m <sup>3</sup> /s
<b>Faixa 2: Atenção</b>	Volume útil entre 40% e 60%	Limite de retirada de 31,0 m <sup>3</sup> /s
<b>Faixa 3: Alerta</b>	Volume útil entre 30% e 40%	Limite de retirada de 27,0 m <sup>3</sup> /s
<b>Faixa 4: Restrição</b>	Volume útil entre 20% e 30%	Limite de retirada de 23,0 m <sup>3</sup> /s
<b>Faixa 5: Especial</b>	Volume útil inferior a 20%	Limite de retirada de 15,5 m <sup>3</sup> /s

Fonte: DAAE

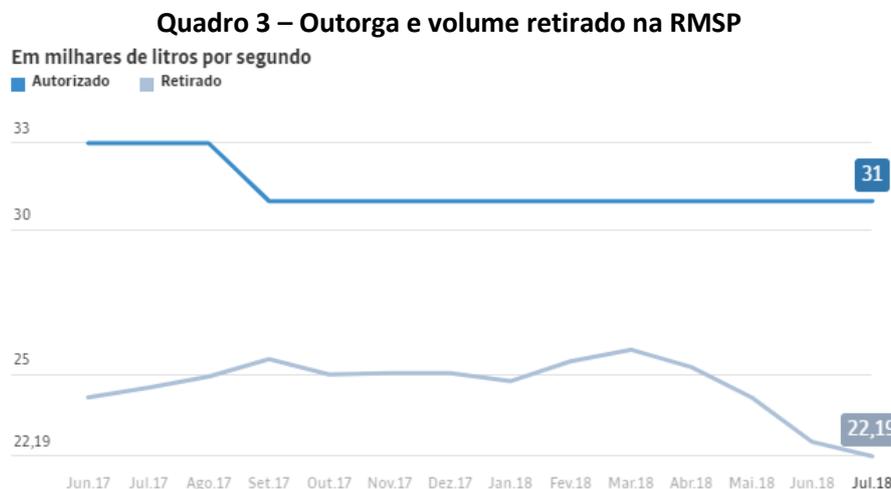
- O volume dos reservatórios que abastecem a Grande São Paulo se encontra em linha com o início do mês dos anos de 2017 e 2018, acima do armazenamento observado entre 2014 e 2016.

**Quadro 2 – Sistema Cantareira: armazenamento em 07/janeiro**

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Cantareira</b>	26%	-22%	3%	46%	42%	41%
<b>Alto Tietê</b>	46%	12%	25%	43%	52%	52%
<b>Guarapiranga</b>	68%	40%	83%	72%	61%	62%
<b>Cotia</b>	72%	31%	90%	101%	80%	42%
<b>Rio Grande</b>	85%	72%	93%	88%	81%	84%
<b>Rio Claro</b>	102%	29%	75%	85%	71%	83%
<b>São Lourenço</b>	0%	0%	0%	0%	0%	67%
<b>Total RMSP</b>	41%	0%	26%	51%	48%	50%

Fonte: Sabesp

- Vale notar que o atual consumo médio na região sofreu redução após a crise hídrica, por alterações nos padrões de consumos de famílias, indústria e comércio. No mês de fevereiro de 2014, antes do início da crise, o volume de água consumido na RMSP foi de 71 m<sup>3</sup>/s, enquanto no mesmo mês em 2018 esse consumo foi de 62 m<sup>3</sup>/s. Isso faz com que o volume retirado pela companhia estadual tenha ficado abaixo do máximo outorgado, conforme Quadro 3.



Fonte: Sabesp, organização Folha de São Paulo

- Além da redução de consumo por parte da população, uma série de medidas aumentou a segurança hídrica, reduzindo a probabilidade de crises da gravidade da enfrentada entre 2014 e 2016. Em primeiro lugar, a existência do novo Sistema Produtor São Lourenço aumenta a disponibilidade de fontes de água para a população. Em segundo lugar, diversas obras de interligação permitem a melhor gestão da água: em 2014, apenas 4% das ligações poderiam ser servidas por mais de um sistema produtor, enquanto atualmente cerca de 20%

## ADASA DECRETA FIM DA SITUAÇÃO CRÍTICA NO DF

- No último dia 21/12 a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (Adasa) declarou o fim da situação crítica de escassez hídrica no Distrito Federal. O anúncio foi feito pelo diretor-presidente da Agência, Paulo Salles, em entrevista coletiva, na sede do órgão regulador.
- Com a decisão, os agricultores não ficam mais restritos à captação de água durante seis horas por dia e passam a captar de acordo com as outorgas de direito de uso. Outorgas para irrigação e piscicultura, acima da região do reservatório do Descoberto, só poderão ser emitidas em áreas utilizadas antes de 16 de setembro de 2016. Eventuais saldos da Tarifa de Contingência, implantada no período crítico da crise hídrica, serão considerados para fins de moderação no cálculo tarifário.
- A situação crítica de escassez hídrica foi declarada em 16 de setembro de 2016, para manter os patamares de segurança, até a recarga do sistema. Na época, os reservatórios do Descoberto e de Santa Maria atingiam, respectivamente, o volume útil de 40,1% e 50,3%.
- A falta de chuvas no período agravou a crise hídrica e o reservatório do Descoberto, responsável pelo abastecimento de 65% da população, chegava ao nível mais baixo, de 5,3%, em 7 de novembro de 2017. Atualmente ambos os reservatórios estão cheios, acima de 95% de sua capacidade.

## AGENDA BIANUAL DA ÁGUA

<p>18 de Janeiro</p>	<p><b>Prêmio Fiesp de Conservação e Reúso de Água</b></p>	 São Paulo (Brasil)
<p>20 a 23 de Fevereiro</p>	<p><b>WWTT 2019 - Water and Wastewater Equipment, Treatment and Transport</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Com 600 expositores, 110 conferências técnicas, demonstrações, eventos paralelos, e grande área de exposição, a feira oferece ótimas oportunidades para os profissionais do setor. A WWETT é o único evento internacional exclusivamente voltado para o setor de tratamento de efluentes.</li> </ul>	 Indianopolis (Indiana)
<p>14 a 15 de Março</p>	<p><b>Seminário Internacional da Água</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Um grande encontro, com convidados internacionais de renome mundial, para discutir o tema da Água, desde as suas formas de captação, tratamento, distribuição, perdas de um dos recursos naturais mais preciosos do planeta.</li> </ul>	  Piracicaba (Brasil)
<p>14 a 15 de Março</p>	<p><b>Sustainable Tariffs for Water Services</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>The conference aims to promote an interdisciplinary dialogue on the sustainability of water services tariffs, under different financial, environmental and social perspectives, including the legal and socio-economic aspects of their implementation.</li> </ul>	 Lisboa (Portugal)

## LINKS DE INTERESSE

- <http://abar.org.br/adasa-declara-fim-da-situacao-critica-de-escassez-hidrica-no-df/>
- <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/RADIOAGENCIA/570332-PROJETO-QUER-LIMITAR-COBRANCA-DE-TARIFA-DE-ESGOTO-ATE-50-DO-VALOR-DA-TARIFA-DE-AGUA-DO-IMOVEL.html>
- [http://www.mzweb.com.br/copasa/web/default\\_pt.asp?idioma=0&conta=28](http://www.mzweb.com.br/copasa/web/default_pt.asp?idioma=0&conta=28)
- <http://abar.org.br/entidades-do-saneamento-se-unem-contr-a-reedicao-da-mp-844/>
- <http://abes-dn.org.br/?p=22724>
- <https://oglobo.globo.com/opiniao/e-acertada-ideia-da-prefeitura-de-conceder-saneamento-na-barra-23353372>
- <http://politicareal.com.br/noticias/nordestinas/578027/transicao-grupo-da-transicao-governamental-tem-especialista-em-nordeste-grupo-de-desenvolvimento-regional-ainda-nao-foi-montado>
- <http://atarde.uol.com.br/brasil/noticias/2022642-entidades-veem-reedicao-da-mp-de-saneamento-como-atitude-antidemocratica>

## PARCERIAS E CONCESSÕES EM SANEAMENTO

Modalidade	UF	Estado / Município	Objeto	Status	Acompanhamento
Concessão Comum	RS	Erechim	Água e esgoto	4. Suspensão	Janeiro/2018 – Suspensão em 12/01/2018
Concessão Comum	SP	Artur Nogueira	Água e esgoto	4. Suspensão	Novembro/2018 – Suspensão por decisão do Tribunal de Contas do Estado
PPP	ES	Cariacica (Cesan)	Esgoto	2. Consulta pública	Dezembro/2018 – Audiência pública marcada para 04/12
PPP	RS	RM Porto Alegre (Corsan)	Esgoto	2. Consulta pública	Novembro/2018 – Municípios estão em processo de prorrogar contrato com Corsan para permitir a PPP.
PPP	MS	Sanesul MS	Esgoto	PPP	Junho/2017 - Aegea teve estudo selecionado para contribuir com a PMI.
PPP	RJ	AP4 – Rio de Janeiro	Esgoto	1. Estudos	Janeiro/2019 - Prefeito anunciou intenção de publicar edital de concessão até o fim de janeiro de 2019.
Concessão Comum	SP	Junqueirópolis	Águas e esgoto	1. Estudos	Dezembro/2018 – Câmara dos vereadores aprovou lei autorizando a concessão
Concessão Comum	PE	Petrolina	Águas e esgoto	1. Estudos	Fevereiro/2018 – 3 empresas cadastradas na PMI
PPP	ES	Guarapari e Fundão	Esgoto	1. Estudos	Março/2017 – EBP realizou estudos para PPP nas cidades do ES
A definir	SC	Itaiópolis	Água e esgoto	1. Estudos	Setembro/2017 – Aviso de PMI para estudos de concessão de serviços de água e esgoto. Propostas devem ser entregues até 27/10/2016.
BNDES	RJ	Cedae – RJ	A Definir	1. Estudos	Companhias contratadas pelo BNDES realizam estudos para a modelagem da atuação privada junto às companhias estaduais de saneamento.
BNDES	AP	Caesa – AM	A Definir	1. Estudos	
BNDES	CE	Cagece – CE	A Definir	1. Estudos	
BNDES	AL	Casal – AL	A Definir	1. Estudos	
BNDES	PA	Cosanpa – PA	A Definir	1. Estudos	
BNDES	PE	Compesa – PE	A Definir	1. Estudos	
BNDES	SE	Deso – SE	A Definir	1. Estudos	
BNDES	AC	Depasa – AC	A Definir	1. Estudos	

A GO Associados adota as melhores práticas e conceitos provenientes de diferentes áreas do conhecimento para propor soluções e parcerias para instituições público e privadas, mediante abordagem multidisciplinar.

Com periodicidade semanal, o Relatório Executivo traz notícias exclusivas e relevantes do setor, além dos principais indicadores e uma agenda bianual com os eventos mais importantes.

## EXPERIÊNCIA E EXCELÊNCIA NA ÁREA DE SANEAMENTO

### Conselho Editorial



**Gesner Oliveira**

Ex-presidente da Sabesp  
Economista



**Fernando Marcato**

Ex-Secretário Executivo de Novos  
Negócios da Sabesp. Advogado



**Marcio Saba Abud**

Ex-diretor da Sabesp  
Economista



**Carlos Alberto Rosito**

Vice-presidente da ABES  
Engenheiro Civil

### Editores



**Pedro Scazufca**

Ex-assessor da Presidência da Sabesp  
Economista



**Mauro Arbex**

Editor do Relatório Executivo  
Jornalista e Sócio da Letras &  
Fatos



**Artur Ferreira**

Associado, especializado em  
Saneamento e soluções ambientais.  
Administrador de Empresas